

56 - BENTO DE JESUS CARAÇA: A DEMANDA PELA EDUCAÇÃO INTEGRAL DO INDIVÍDUO

Artur Manso

Universidade do Minho – IEP/CIED

amanso@iep.uminho.pt

RESUMO

Na presente comunicação, assente no debate entre a educação escolar e não escolar, proponho-me apresentar algumas ideias deixadas por Bento de Jesus Caraça (1901-1948) entre os anos de 1929 e 1933 que tinham como finalidade, contribuir para a promoção de uma verdadeira educação do povo.

Neste cenário, analisarei, num primeiro ponto, alguns textos por si produzidos que reflectem o empenho das Universidades Populares neste desiderato e, num segundo ponto, as ideias que nos deixou sobre o assunto na célebre conferência intitulada *A Cultura Integral do Indivíduo – Problema Central do Nosso Tempo*.

Palavras chave: Portugal – Educação – Ensino - Cultura

ABSTRACT

In this present communication, which stands on the debate between formal and non-formal education, I propose to present some ideas which were left to us by Bento de Jesus Caraça (1901- 1948), from 1929 to 1933, whose aim was to contribute to the promotion of a genuine education for the people.

In this scenery, I will firstly analyse some texts produced by this author which reflect Popular Universities commitment on this acknowledged want and, in a second stage, the ideas he left us on the subject in the famous conference named “Individual’s Integral Culture – A Central Issue In Our Time”.

Key words: Portugal – Education – Teaching – Culture.

SECCÃO: Educação Escolar e Não Escolar

1. Bento de Jesus Caraça (1901-1948) nasceu em Vila Viçosa e viu a sua vida decorrer entre as promessas da democracia republicana e as desilusões do regime ditatorial do Estado Novo. De formação intelectual ligada à matemática, foi professor catedrático do Instituto Superior do Comércio de Lisboa, integrado na Universidade Técnica de Lisboa, onde fez a sua formação, área na qual nos deixou obra considerável. Apesar da posição social elevada, nunca se afastou do combate contra o analfabetismo e a difusão da cultura pelo povo, mantendo uma forte ligação aos meios sindicais da época.

Do seu empenho pela elevação das classes trabalhadoras, ele que foi membro activo do partido comunista e um entusiasta da revolução russa de 1917, resulta a ligação aos órgãos de gestão da Universidade Popular de Lisboa e, a partir de 1941, a direcção da *Biblioteca Cosmos*, onde promoveu a publicação de uma biblioteca básica extensa e diversificada, abrangendo traduções e publicações nas áreas técnica e científica; artística e literária; filosófica e religiosa; biografias; epopeias humanas, entre outras.

Bento J. Caraça foi um intelectual de interesses múltiplos, ligado ao ensino, à investigação e divulgação da matemática, foi um dos fundadores da *Gazeta de Matemática*, presidindo, ainda, à direcção da Sociedade Portuguesa de Matemática (1943-1944), não deixando de se preocupar com os programas de ensino e a pertinência dos conteúdos propostos nos vários níveis, no sentido de corrigir as deficiências didácticas, adequando os conteúdos à fase de estudos e idade dos estudantes.

Bento J. Caraça dedicou-se à educação popular do seu país, onde, pouco ou nada se fazia pela elevação intelectual do povo trabalhador. Provavelmente, encontrou na acção política junto do PCP e dos sindicatos, o mote que lhe fazia falta para travar a dura batalha pela instrução e educação das classes populares.

À Universidade Popular Portuguesa encontra-se ligado desde o seu início, 1919, até quase à sua extinção em 1945, tendo presidido ao Conselho Administrativo no biénio de 1928-1930.

As Universidades Populares propunham-se complementar a educação das classes proletárias, não se dedicando, especificamente, a qualquer nível de ensino. Dirigiam-se, assim, a todos aqueles que quisessem melhorar a sua cultura e de certo modo a sua educação. Pelos seus estatutos não excluía classes nem ideologias e propunham-se abordar todos os assuntos que se mostrassem relevantes para a prossecução dos seus ideais formativos.

Os textos que interessam a este trabalho fazem parte do volume de Bento de Jesus Caraça, *Cultura e emancipação (obra integral – edição crítica, vol. I)*, editado em 2002. Aqui se encontra a publicação organizada dos mesmos, contendo, ainda, em apêndice, uma série de documentos que ajudam a perceber melhor o pensamento de Bento de Jesus Caraça sobre o ensino e a educação, bem como o seu esforço enquanto dirigente da Universidade Popular Portuguesa, no sentido de revitalizar as áreas que absorviam os interesses da instituição.

Para se entender melhor o seu pensamento sobre a interdependência da educação e da cultura e a urgente necessidade de a democratizar no seio do povo português, são de especial importância os textos “Escola única”, “A arte e a cultura popular”, “Aspectos do problema cultural português”, inseridos em Bento de Jesus Caraça, *A cultura integral do indivíduo. Conferências e outros escritos*, 3ª ed., 2008.

Revisitar o passado da nossa cultura tem, da minha parte, a finalidade de perceber melhor o presente e contribuir com o ideário de todos para um futuro de esperança, pois, pese embora a democratização da educação seja entre nós uma realidade, a massificação do ensino está longe de cumprir o desejo manifestado da promoção da cultura integral do Homem português.

2. Vejamos, então, qual o papel que Bento de Jesus Caraça atribuía às Universidades Populares no plano da formação geral dos indivíduos.

Num povo analfabeto como era o português no início do século XX e que continuou a sê-lo com o decorrer dos anos, são fundadas em 1919 as Universidades Populares e extintas em 1945. Várias foram as vicissitudes porque passaram no quarto de século em que mantiveram a sua actividade. De algumas já demos nota em trabalho anterior (cf. Manso, 2003).

Como sabemos, estas Universidades não tinham como finalidade ministrar o ensino regular, mas sim contribuir para o “aumento” da cultura do povo português, ou, se devidamente enquadradas com as escolas oficiais, promover a educação geral do nosso povo, tal como propunham os seus Estatutos. A sua criação era recente e teimavam em não funcionar da melhor maneira, frustrando aqueles que nelas depositavam vastas esperanças no campo educativo.

Numa tentativa de renovar a sua acção e atenuar a crise porque estavam a passar, Ferreira de Macedo em 1928, em nome do Conselho Administrativo, propõe novos membros para os corpos sociais da instituição, indicando Bento de Jesus Caraça para Presidente do Conselho Administrativo - biênio de 1928-1930.

Neste ambiente de renovação e preocupação com o futuro da Universidade, Caraça não enjeitou as novas responsabilidades, propondo, de imediato um plano de acção para a Instituição, ciente de que o esforço educativo do povo português exigia “...os mesmos esforços [...] de todos aqueles que no nosso país se interessam pelos problemas da educação e da instrução” (Caraça, 2002a: 57). As questões do ensino e da aprendizagem, no primeiro quartel do século XX, não eram, de facto, uma preocupação dos governantes portugueses. Não é certo, também, que a república tenha feito o necessário para corrigir os graves problemas educativos que insistentemente apontavam à monarquia constitucional.

Bento J. Caraça começa a publicar os seus escritos sobre a Universidade Popular Portuguesa em 1929, dezanove anos volvidos após a revolução de Outubro e as promessas de rápidas mudanças. De imediato identifica os problemas antigos: “Por um lado, aquelas pessoas que entre nós se dedicam à missão de ensinar, ou por virtude de uma profissão oficial ou extra-oficialmente por meio da conferência e do livro já encontram como campo de aplicação da sua actividade o reduzido público dos alunos das suas escolas ou o daqueles que se interessam designadamente por determinados assuntos, a grande maioria do povo português, porém, não participa do seu ensino” (ib.:

57-58). Este era o diagnóstico ante os agentes e os pacientes do sistema de ensino oficial: os agentes representavam uma imensa minoria à qual ele pertencia; os pacientes, a grande maioria, era “...constituída por pessoas que não puderam levar longe os seus estudos, só encontra possibilidade de satisfazer o seu desejo de aprender ou em leituras, por vezes (quase sempre) feitas ao acaso, sem uma orientação definida e lançando portanto a confusão onde deveriam levar a ordem e a metodização de conhecimentos [...] [que] ficam fora da sua compreensão” (ib.: 58). Ante esta constatação, Bento de Jesus Caraça ressaltava que “A Universidade Popular pretende precisamente dar remédio a estes inconvenientes” (ib.: 58). Para tanto apelava a uma participação empenhada dos seus diversos colaboradores, pessoas instruídas e ilustres cidadãos que tinham por fim “...levar até junto do povo a difusão daqueles conhecimentos gerais [...] interessando-o pelos mais variados problemas que a cada um interessam como homem e como cidadão português” (ib.: 58).

Nesta tarefa, Bento J. Caraça elegia a leitura orientada como factor essencial da difusão da cultura pelo povo. A biblioteca da Instituição rondava os nove mil volumes, o que à época era uma excelente “base de trabalho”. Impunha-se, então, rentabilizar esse património. Aos colaboradores competia, nesta área, seleccionar as leituras de acordo com os interesses de cada um, para que, no emaranhado de publicações, pudessem, com proveito, ler o que estava mais de acordo com os seus objectivos.

À semelhança das organizações de ensino oficiais, Caraça para dar maior consistência ao papel formativo das Universidades Populares propõe-se criar no seio das mesmas, conforme o estipulado no art. 26º dos Estatutos, um Conselho Pedagógico para o qual teria convidado um grupo de pessoas de prestígio no campo do ensino e da educação, das quais se destacam, Faria de Vasconcelos, Vieira de Almeida, Adolfo Lima, Câmara Reis, Moisés Amzalak, António Sérgio, Jaime Cortesão, Conceição e Silva, Leite de Vasconcelos, Aurélio Quintanilha... (cf. Caraça, 2002: 144-145).

Nesse tempo, o cinema aparecia, também, como um valioso “material didáctico” e a ele Bento J. Caraça pretendia recorrer para prosseguir o trabalho da Universidade Popular. Para tanto, propunha-se organizar uma cooperativa de cinema educativo, e para reforçar esta aposta, os órgãos directivos por si encabeçados decidiram iniciar as actividades da cooperativa no ano de 1929 com uma conferência sobre o tema que decorreria na sede da Universidade Popular e seria intitulada “Origem, evolução e função social do cinema”, proferida pelo sr. João de Sousa do Magazine Bertrand (cf. Caraça, 2002a: 59).

As áreas a privilegiar pela Universidade Popular no biénio que agora se iniciava inscreviam-se nas seguintes áreas: a) palestras, conferências, exposições...; b) leituras orientadas; c) sessões de cinema. Este era o plano que Bento de Jesus Caraça com o beneplácito da restante direcção apresentava, convicto de que “Uma tal obra como a que a U. P. P. pretende realizar só pode ser profícua e representar, de facto, alguma coisa de bom e duradouro na sociedade portuguesa, desde que seja compreendida e ajudada por todos aqueles que o podem fazer” (ib.: 59), os que desejarem aprender mais e os que não se importarem de ensinar.

No ano seguinte, em 1930, Caraça apresenta as finalidades e os objectivos da Universidade Popular por si delineados ao Conselho Administrativo da mesma. Fazendo jus do seu empenho político em prol de uma sociedade de cariz colectivista afirma acreditar que “...a classe proletária está destinada a, num futuro mais ou menos

próximo, tomar nas suas mãos a direcção dos destino do mundo, transformando por completo toda a organização social existente” (Caraça, 2002b: 61). O movimento operário internacional entusiasmava-o e as revoluções de cariz proletário que tinham ocorrido na Rússia em 1917, bem como as que se perspectivavam, ajudavam-no a fortalecer a ideia de que “...a organização social não é justa. O sistema capitalista, essência e armadura da dominação burguesa, gerou a exploração do homem pelo homem, como consequência do espírito de lucro de alguns à custa do trabalho de muitos, engendrou a opressão do mais fraco” (ib.: 62).

Uma maior consciencialização do papel decisivo da classe operária portuguesa na mudança do rumo da história impunha-se no seu espírito e, via nas Universidades Populares o local ideal para “...preparar a classe operária para o desempenho da sua missão – o estabelecimento da justiça sobre a terra” (ib.: 63).

Assim enunciados, os fins a prosseguir pela Universidade Popular, não podiam ser mais politizados. A instrução e a educação que tinha faltado à classe operária para a fazer reconhecer o seu papel na história, continuava a ser-lhe negada pelo predomínio burguês nas diversas áreas sociais, cabendo, então, às Universidades Populares, complementar o forte poder transformador da matéria que residia nos braços dos proletários, com o ideário necessário que a preparação intelectual garantia, para que a força bruta não degenerasse em embrutecimento mas sim em mudança efectiva, mesmo que a acção das Universidades Populares estivesse limitada “...ao desenvolvimento e propagação da cultura. Cultura, sempre cultura e, se é necessário adjectivá-la, direi cultura revolucionária” (ib.: 64).

A aquisição desta cultura, segundo os objectivos da Instituição, estendia-a, preferencialmente, a quatro preocupações humanas: 1. “dar a cada homem a consciência integral da sua própria dignidade, o conhecimento completo de todos os seus direitos e todos os seus deveres [...] reconhecimento a cada um do direito ao completo e amplo desenvolvimento das suas capacidades intelectuais, morais e materiais”; 2. “desenvolvimento do espírito de solidariedade [...] internacionalista na sua forma [...] o coração do homem é grande e nele cabe bem o amor da sua pátria e o da humanidade”; 3. “consciência integral da sua dignidade, permite que cada proletário culto deixe de ser [...] um burguês e consequentemente um traidor à sua classe”; 4. “preparando cientificamente e moralmente a classe proletária para o desempenho da missão futura que lhe incumbe, a torne bem consciente do seu dever último e supremo [...] o da realização do bem comum” (cf. ib.: 64).

O tipo de actividades desenvolvidas nesta Instituição teve sempre, desde a sua origem, um cunho revolucionário. Os seus proponentes e entusiastas mantinham a esperança de que se um dia se pudesse universalizar a educação e a cultura, estariam reunidas as condições para a fundação de uma sociedade mais justa, livre e fraterna. Infelizmente, os resultados das revoluções que ajudaram a promover não concretizaram esses propósitos, tendo a maioria dos indivíduos e dos povos optado por modelos de organização social competitivos e concorrenciais. Bento J. Caraça queria, então, que a Universidade Popular dirigisse a sua actividade a todos, mas de maneira especial às classes trabalhadoras menos cultas, alavanca necessária à revolução que se anunciava como regeneradora da humanidade.

Caraça propunha intensificar as relações da Universidade Popular com as organizações operárias, apelando para a urgente necessidade de convidar “...todos os

sindicatos operários de Lisboa a nomear um representante junto da Universidade Popular Portuguesa, o qual terá por função assegurar a ligação cultural do seu sindicato com a mesma Universidade” (ib.: 66). Para reforçar a finalidade política a que gostaria de ver circunscrita a actividade desta Instituição propunha, ainda, uma prévia aprovação, por parte da direcção, do conteúdo das actividades nela realizadas: “...a realização de qualquer conferência ou série de conferências a fazer na Universidade Popular Portuguesa ou nas suas secções por seu intermédio, seja sempre precedida da apresentação em reunião do Conselho do respectivo programa circunstanciado e da orientação geral doutrinária a que o mesmo se encontra subordinado” (ib.: 66). Nem toda a cultura seria passível de ser acarinhada pela Universidade Popular. Só aquela que servisse à orientação ideológica da Instituição, que era, como sobejamente se encontra reflectido nesta série de escritos, de cariz colectivista e revolucionária, anti-burguesa e anti-capitalista.

Mantendo essas orientações, Bento J. Caraça propunha que durante o ano de 1930 se tratassem os seguintes assuntos: 1. diferentes doutrinas sociais; 2. história social no que concerne ao papel que o Povo vem desempenhando no sentido da sua emancipação; 3. leitura comentada dos livros contra a guerra para incentivar o pacifismo; 4. arte e suas manifestações como vector da aproximação dos homens; 5. questões jurídicas; 6. questões sobre o trabalho; 7. problemas sociais do mundo contemporâneo (cf. ib.: 67-68).

Em 1931 na Conferência Inaugural do ano Lectivo da Universidade Popular de Setúbal, secção da Universidade Popular Portuguesa, Bento J. Caraça disserta sobre as Universidades Populares e a cultura. Reforçando o seu ponto de vista colectivista e proletário, associa a cultura à classe burguesa e critica o afastamento das massas do bem comum que ela deveria promover. O propósito da Universidade Popular era o de aumentar “...a cultura de todos e isso é possível porque ela não é inacessível à massa; o ser humano é indefinidamente aperfeiçoável e a cultura é exactamente a condição indispensável desse aperfeiçoamento progressivo e constante” (Caraça, 2002c: 72). Em seu entender, só pela cultura se podem igualizar os cidadãos e se não houver possibilidades de a difundir de igual modo pelas massas, tal como acontece nas classes burguesas, então o progresso humano e a igualdade dos indivíduos, será mais difícil de conseguir.

Em seguida Caraça traça o esboço daquilo que entende por cultura: a) “dar a cada homem a consciência integral da sua própria dignidade”; b) “sem cultura não pode haver liberdade, sem liberdade não pode haver cultura”; c) “a cultura tende ao desenvolvimento do espírito de solidariedade” (cf. ib.: 73). Para si, estas eram razões mais que suficientes para insistir no valor da cultura como factor de progresso da humanidade.

Por outro lado, uma parte significativa dos bens culturais são dispendiosos e inacessíveis às classes mais baixas, sendo preciso uma educação orientada para poderem ser fruídos de forma conveniente. À época, em Portugal, como reconhece o próprio Caraça, só por iniciativa do Estado se poderia democratizar a cultura. E o instrumento ideal para essa democratização seria a escola que, por conseguinte, deveria ser “...gratuita em todos os seus graus – primário, secundário, superior” (ib.: 74). Contudo, Bento de Jesus Caraça achava que não era suficiente que a escola fosse gratuita, era ainda essencial, que o Estado procedesse ao sustento material de todos aqueles que a frequentassem.

Os professores, ontem como hoje, são os agentes da política educativa e por isso Caraça aconselha-os a que “...não deve nunca descansar sobre os resultados conseguidos na véspera” (ib.: 74). As vésperas não auguravam nada de bom e por isso era necessário que a escola se reformasse. A escola oficial estava longe de servir o povo e como o Estado nada fazia para inverter esse costume, Bento J. Caraça recomendava que o papel reformador do sistema de ensino e de educação fosse abraçado pela Universidade Popular, uma vez que “A sua acção é mais livre que a da Escola oficial visto não terem as peias que esta tem e não terem a obrigação do cumprimento de certos programas previamente fixados. A sua liberdade na escolha das matérias do seu ensino é completa e podem ainda proporcionar a adultos que têm a sua vida de trabalho, e sem que a interrompam a aquisição de conhecimentos que não poderiam ir buscar, dadas as condições da sua vida à escola oficial” (ib.: 75).

Bastaria esta última afirmação para se perceber a efectiva dificuldade que a Universidade Popular teria para efectivamente universalizar o ensino e a educação, o que aliás acaba por ser reconhecido por Caraça, pois embora queira que esta instituição se apresente como vanguarda nas questões do ensino e da educação, não deveria contrariar a acção da Escola oficial, devendo assumir-se como “...um complemento dela” (ib.: 75), virada e preocupada com a difusão da cultura e da educação pelas classes trabalhadoras, as quais não tiveram a instrução que mereciam e que agora não podem largar os seus empregos para a adquirir. Todo o esforço seria pouco para incutir nos trabalhadores o gosto pela cultura e pela aprendizagem, pois da sua elevação espiritual, estava dependente o progresso da humanidade e, por isso, Caraça lançava um forte apelo: “Às organizações sindicais cabe um papel enorme nesse trabalho de libertação, promovendo intensamente a cultura dos seus membros” (ib.: 75).

Não seria uma tarefa fácil, pois as organizações sindicais, mais viradas para as questões laborais, nem sempre estariam com disposição para incentivar os seus associados para frequentar a respectiva Universidade após uma jornada de trabalho árduo, prescindindo do tempo livre que lhes restava.

Os indivíduos instruídos consideram a cultura como um factor de igualização das pessoas e dos povos, enquanto que os proletários quase sempre a associam aos momentos de ócio a que só uma minoria que vive de rendimentos pode aceder.

3. Como acabamos de ver, Bento de Jesus Caraça, associa a educação à cultura integral do indivíduo. O seu pensamento sobre o assunto fica bem vincado no decurso do ano de 1933, quando durante o mês de Maio proferiu na Universidade Popular Portuguesa a Conferência intitulada *A cultura integral do indivíduo – problema central do nosso tempo*. A Conferência foi feita a convite da União Cultural “Mocidade Livre”, numa altura de indefinição do futuro de Portugal e da Europa que caminhavam para a consolidação de regimes totalitários e opressores.

Neste clima de incerteza Bento J. Caraça quis levar uma mensagem de esperança aos jovens que desejavam permanecer livres, acautelando que esse desígnio deveria assentar numa prévia “...renovação espiritual da geração nova a condição indispensável para a realização das ideias que lhes são caras” (Caraça, 2002d: 99). O nosso autor sabia por experiência própria o quanto custava manter vivos ideais que apelavam à livre difusão de ideias e ao convívio da diversidade. Os jovens, sempre mais disponíveis e idealistas, são o instrumento ideal da mudança, mas esta só pode acontecer quando os

seus obreiros são possuidores de um forte conhecimento que a educação lhes deve garantir.

Caraça, começava por dar o mote da sua conversa: “O que o mundo for amanhã, é o esforço de todos nós que o determinará. Há que resolver os problemas que estão postos à nossa geração e essa resolução não a poderemos fazer sem que, por um prévio esforço do pensamento, procuremos saber, por uma análise fria e raciocinada, quais são esses problemas, quais as soluções que importa dar-lhes – saber donde vimos, onde estamos, para onde vamos” (ib.: 99). A tarefa era árdua mas o conferencista não desdenhava do poder da juventude para inverter o rumo das coisas. Punha-lhe apenas uma condição: a preparação prévia pelo acesso ao ensino e à cultura, sem a qual dificilmente se poderia sair da crise em que o mundo se encontrava.

Do ponto de vista da organização social aproximava-se um tempo de passagem entre uma época em declínio e outra que se avizinhava e, Caraça acha que “...nessa ponte de passagem chocam-se todas as correntes, coexistem todas as contradições, fazendo dela aparentemente uma feira de desvarios e, na realidade, um formidável laboratório de vida” (ib.: 100). Ainda as feridas de uma longa guerra não estavam saradas e já outro conflito de dimensões imprevisíveis se começava a desenhar. Era a ideia de homem na sua inteireza que se continuava a por em causa em cenários belicistas nunca vistos, onde se acirrava o ódio e se desprezavam todos aqueles que se opusessem à ideologia dominante, ou que essa ideologia os considerasse como um sério obstáculo.

Bento J. Caraça não ignora que o desenvolvimento da sociedade se suporta em dois princípios fundamentais: o individual e o colectivo, mas mostra acreditar que o fim da história ou o máximo progresso que se vier a conseguir será marcado pela absorção do princípio individual no colectivo. A sua crença numa sociedade colectivista, outra conclusão não lhe permitiria, mesmo que atribuísse ao esforço individual um decisivo contributo para o progresso da humanidade: “O esforço individual aparece assim como indispensável para o progresso do agregado que, sem ele, permaneceria sempre tal qual nasceu, como acontece, por exemplo, com certas associações de animais inferiores que hoje vemos” (ib.: 102). Mas, em seu entender, este impulso essencial ao progresso humano degenera logo a seguir num acentuado domínio do individual sobre o colectivo, fazendo com que poucos, decidam o futuro do grosso da humanidade. E se este é um facto indiscutível, também não deixa de ser verdade que os mais perspicazes contam sempre com um esmagador apoio das massas. Parece que os indivíduos, na sua maioria, têm medo de se responsabilizar pelo próprio destino, obedecendo cegamente aos esquemas que outros lhes vão traçando. Sem este necessário apoio o individual não teria qualquer possibilidade de vencer. O individual é uma espécie de ideário de poucos assimilado e levado à prática pela acção de muitos, essencialmente por “...falta de preparação cultural, o não reconhecimento de si mesmas como um vasto organismo vivo e uno, torna-as incapazes de levar a sua obra mais além da destruição do passado; impossibilita-as de proceder à construção da ordem nova que a sua revolta preparou” (ib.: 105-106).

A vida humana é assim um conflito entre a necessidade da afirmação colectiva e da distinção individual. Mesmo a industrialização que poderia ter atenuado este conflito, teve um efeito contrário, quase transformando o produtor que maneja a máquina numa peça desse mecanismo que faz reverter os seus lucros para o seu legítimo dono, o capitalista, a troco de um salário de miséria: “O homem escravo da *coisa* – eis a grande

condenação, no campo moral, do regime social contemporânea” (ib.: 110). Notamos, assim, a actualidade de um pensamento que se rege contra o desperdício e a acumulação ilegítima de mais valias por parte dos detentores do capital. Recorrentemente, reconhece-se que a sociedade capitalista assenta na abundância de bens materiais e na alienação do indivíduo. Ter mais passa a ser o objectivo de cada um e o ser mais passa a ocupar um lugar secundário. As relações sociais são determinadas pela posse de bens materiais. Caraça adverte todos aqueles que vivem esses tempos conturbados que contribuam para o “...*despertar a alma colectiva das massas*” (ib.: 114), única maneira de levar a bom porto a reforma da sociedade. E esta é a tarefa essencial que a humanidade esclarecida terá que realizar: “Ou ela a realiza e ascendemos a um estado superior de *unidade*, ou fracassa, e amanhã assistiremos a um novo gesto de renúncia e o individual continuará a sobrepor-se ao colectivo numa adulteração criminosa da moral social” (ib.: 114).

Ora, no individual estava a teoria das elites, a convicção de que só um pequeno número de indivíduos tem condições para guiar as multidões para desígnios de amplo interesse colectivo. Caraça, não concorda com esta teoria, achando que esse privilégio das elites assenta na posse de uma educação e cultura que sistematicamente é negada às massas trabalhadoras. Ou seja, as elites só se perpetuam porque excluem a multidão do acesso aos bens que arbitrariamente reservam para si mesmas. O nosso autor lamenta profundamente que esta atitude discricionária seja alimentada de forma magistral por “...aqueles que, partidos das camadas ditas inferiores, se guindam, umas vezes a pulso, outras em acrobacia de palhaço, a posições que deveriam utilizar para defesa dos bens espirituais e que só usam para trair os seus antigos irmãos no sofrimento” (ib.: 117).

Mesmo não enjeitando estas constatações, Bento J. Caraça, não alinha com os colectivistas mais extremos que vêem na cultura um obstáculo à colectivização da sociedade. Para o nosso autor, em primeiro lugar, era necessário clarificar o significado de homem culto: “1º - Tem consciência da sua posição no cosmos e, em particular, na sociedade a que pertence;

2º - Tem consciência da sua personalidade e da dignidade que é inerente à existência como ser humano;

3º - Faz do aperfeiçoamento do seu ser interior a preocupação máxima e fim último da vida” (ib.: 117).

Ou seja, sem adquirir o saber dificilmente se poderá ser culto. Há um mínimo de conhecimento em todas as áreas da acção humana que deveriam ser património obrigatório na aprendizagem de cada um. O saber não ocupa lugar e permite melhorar a vida de cada um em particular e da sociedade em geral. Desta forma, a cultura passa a ser uma espécie de instrumento que se pode brandir a favor da igualdade entre todos: “A aquisição da cultura significa uma elevação constante, servida por um florescimento do que há de melhor no homem e por um desenvolvimento sempre crescente de todas as suas qualidades potenciais, consideradas do quádruplo ponto de vista físico, intelectual, moral e artístico; significa, numa palavra, a *conquista da liberdade*” (ib.: 117). A liberdade que se apresenta como a maior aquisição de cada um, merece todos os esforços que o indivíduo tenha que dispende para a sua aquisição.

Tal qual como aqui é delineado, este programa de aquisição da cultura, coincide com os propósitos de um sistema educativo, o que vincula, quer se queira quer não, a aquisição da cultura à frequência do sistema de ensino e de educação, pilares básicos

para a igualização de todos os indivíduos. Dificilmente a Universidade Popular ou outra Instituição com os mesmos fins, só por si, poderiam fornecer aos seus membros o grau de educação e instrução suficientes que lhes permitissem esta elevação.

Num tempo em que o ensino e a educação não eram garantidos nem estimulados pelo Estado e, por isso, só as classes com maior poder económico podiam usufruir deles, Bento J. Caraça estabelece como “Condição indispensável para que o homem possa trilhar a senda da cultura – que ele seja economicamente independente. Consequência – o problema económico é, de todos os problemas sociais, aquele que tem de ser resolvido em primeiro lugar” (ib.: 117-118). Não negando que as elites sejam de facto uma realidade iniludível em vários níveis da organização social e distinguindo cultura de civilização, reclama que a cultura “...não deve nem pode ser monopólio de uma *elite* [...] essa tem de reivindicar-se para a colectividade inteira, porque só com ela pode a humanidade tomar consciência de si própria, ditando a todo o momento a tonalidade geral da orientação às *elites* parciais” (ib.: 119). O desiderato que competia a todos os cidadãos à época, tal como agora, era o acesso à cultura e a sua difusão por todos, para desta forma se poder “...*despertar a alma colectiva das massas*” (ib.: 119).

Se tal desígnio deveria contar com o apoio das Universidades Populares, jamais poderia ser conseguido sem a instauração de uma escola única. Em conferência realizada nas Sociedade de Estudos Pedagógicos em Abril de 1935, Caraça aborda a temática da Escola Única, definindo-a como aquela que se empenha na abolição de todo e qualquer privilégio, quer de nível sexual, quer de nível económico, quer de nível de crenças ou de ideologia. O reconhecimento da unicidade da natureza humana, tornava obrigatório que todos os seres tivessem os mesmos direitos, e o direito à educação e à cultura, integravam-se de forma especial nesse lote. Em seu entender, se a escola fosse única ficaria salvaguardado o direito de todos terem acesso à mesma educação e a igual cultura (cf. Caraça, 2008: 133-167).

4. São as seguintes as conclusões extraídas deste trabalho: Bento de Jesus Caraça a) trata em conjunto a educação e a cultura, mas não elucida de forma cabal esta associação; b) faz depender o conceito de educação do conceito de cultura, imbuindo-os de uma acção política e sindical; c) na saga pela elevação do povo português, atribui à Universidade Popular um estatuto e um papel que não estava em condições de prosseguir, pois se por um lado não se poderia substituir às escolas oficiais, por outro, as suas actividades, maioritariamente, não entusiasmavam o público a quem se dirigiam; d) reconhece na educação, em todos os seus níveis, o meio adequado para a colectivização da sociedade, fim último da sua acção.

BIBLIOGRAFIA

Do autor

CARAÇA, Bento de Jesus (2002). *Cultura e emancipação (obra integral – edição crítica, vol. I)*. Porto: Campo das Letras.

“A Universidade Popular Portuguesa” (2002a), in CARAÇA, Bento de Jesus. *Cultura e emancipação (obra integral – edição crítica, vol. I)*. Porto: Campo das Letras, pp. 57-59.

“Os objectivos da Universidade Popular Portuguesa” (2002b), in *ibidem*, pp. 61-68.

“As Universidades Populares e a cultura” (2002c), in *ibidem*, pp. 69-75.

“A cultura integral do indivíduo – problema central do nosso tempo” (2002d), in *ibidem*, pp. 97-120.

“Escola única” (conferência realizada na Sociedade de Estudos Pedagógicos em 10 de Abril de 1935), in CARAÇA, Bento de Jesus (2008). *A cultura integral do indivíduo. Conferências e outros escritos*, 3ª ed. Lisboa: Gradiva, pp. 133-167.

“A arte e a cultura popular” (conferência realizada na Universidade Popular Portuguesa em 1936), in *ibidem*, pp. 169-187.

“Aspectos do problema cultural português” (intervenção feita na sessão de 30 de Novembro de 1946 realizada pelo Movimento de Unidade Democrática na sala de A Voz do Operário), in *ibidem*, pp. 241-250.

Outra

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (2001). *Biblioteca Cosmos: um projecto cultural do prof. Bento de Jesus Caraça*/ [Ed. Lit.]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MANSO, Artur (2003). “Jaime Cortesão e as Universidades Populares da Renascença Portuguesa”, in AA VV (dir. Domingues, Joaquim & Sinde, Pedro), *Teoremas de Filosofia*, nº 8. Porto, pp. 55-63.

PEDROSO, Alberto (2007). *Bento de Jesus Caraça, sementeiro de cultura e cidadania. Inéditos e dispersos*. Porto: Campo das Letras.

S/a (2003). “Caraça, Bento de Jesus”, in *Dicionário de Educadores Portugueses* (dir. António Nóvoa). Porto: Asa, pp. 269-272.